

## **TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 033/2004.**

**O MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE**, Estado de Santa Catarina, com endereço à Rua José Fabro, s/n., inscrito no CGC/MF sob No 95.990.115/0001-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal - **SR. ELI MARIOTT**, e **I. D. S – DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA**, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.982.200/0001-00, com endereço à Av. Brasil, nº 370 – Centro, Pato Branco, PR, neste ato representado pelo Sr. **MAURI CEZAR DENGGO**, brasileiro, casado, CPF. nº 761.581.289-53, de comum acordo e com amparo no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 033/2004, o que fazem de conformidade com as cláusulas a seguir:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O Objeto do presente Termo Aditivo é a Prorrogação do Prazo de vigência do contrato administrativo 033/2004 para até 31 de Dezembro de 2006.

### **CLAUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE**

**O reajuste concedido será pela variação do IGPM do exercício, ou seja 1,21% (um virgula vinte e um pro cento)**

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

Ficam mantidas e ratificadas as demais condições e disposições do contrato ora aditado.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 4 vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Novo Horizonte, em 30 de Dezembro de 2005.

**ELI MARIOTT**  
Prefeito Municipal

**MAURI CÉSAR DENGGO.**  
Contratado

## **JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 033/2004.**

O presente termo aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei 8.666/93, com suas atualizações e nos fatos abaixo mencionados.

Considerando que o dispositivo supramencionado permite a prorrogação dos contratos de serviços de execução continuada;

Considerando que os valores são os mesmos praticados, portanto vinculado a melhor proposta apresentada no respectivo certame licitatório, obedecendo ao princípio da economicidade;

Com muita propriedade, Antônio Roque Citadini, comenta que: “nas contratações de serviços que tenham característica de execução continuada, a lei mantém o prazo máximo de 5 (cinco) anos, dispondo que o prazo deverá estar vinculado à melhor proposta”. (Antônio Roque Citadini – **Comentários e Jurisprudência sobre a Lei de Licitações Públicas** – 2ª . ed. Atual. e ampl. , Max Limonad. São Paulo: 1997, p. 354)

Acerca do assunto o Tribunal de Contas da União assim decidiu:

*Prorrogação de contrato. Serviços contínuos. Lei 8.883/94. Aplicabilidade. Por expressa autorização do art. 121 da lei 8.883/94, a nova redação do art. 57,II, é aplicável aos contratos de prestação de serviços contínuos pactuados sob a égide do Dec. Lei nº 2.300/86 a da Lei 8.666/93 devendo tão somente, ser observa de sua duração ser dimensionada de forma a obter condições e preços mais vantajosos para a administração. (TCU, TC-23.345/94-2, Min. Adhemar Paladini Ghisi, 02/08/95, BLC, out./95, p. 505).*

Face ao exposto, Celebra-se o presente Termo Aditivo por atender aos preceitos legais pátrios.

Novo Horizonte, SC, 30 de Dezembro de 2005.

**ELI MARIOTT**  
**Prefeito Municipal**

